

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO SISTÊMICO DE PROJETOS ODS



www.go2030.com.br/avaliacaoods

Realização:



Desenvolvimento:





OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Este documento apresenta a Metodologia de Avaliação e Monitoramento (M&A) de projetos públicos do Governo de Goiás sobre a perspectiva de promoção da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Como inovação a metodologia traz a Matriz de Responsabilidade por ODS Basilares estruturado por áreas de atuação de cada Secretaria ligada a Gestão Pública do Governo de Goiás.

I. Enquadramento Sistêmico: Governança por ODS Basilares

A M&A atua como o Módulo de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), garantindo a coerência de políticas e a transversalidade da Agenda 2030 em todos os setores. Os ODS Basilares são o mecanismo metodológico que transforma a intenção de planejamento em Accountability Setorial.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Justificativa Técnica da Inovação:

A definição de ODS Basilares para cada Secretaria — os Objetivos que melhor se alinham à missão e propósito da pasta — representa um avanço metodológico crucial no combate à fragmentação da ação governamental. A matriz atribui a responsabilidade de impacto mensurável às unidades de governo que detêm o locus de intervenção para influenciar tais ODS.

1. Racionalização do Controle: A matriz fornece um referencial técnico para orientar a Controladoria Geral (CGE), a Guardiã da Integridade, no monitoramento e na avaliação das iniciativas.

2. Coerência e Integração: Estimula a abordagem integrada, garantindo que a Avaliação de um projeto na Secretaria de Educação (ODS 4) considere seu impacto em setores correlacionados (ex: ODS 10 - Redução das Desigualdades), conforme exigido pela interdependência dos ODS.

3. Produtividade Assistida por IA: O alinhamento dos projetos aos ODS Basilares é facilitado pela IA Públia , que implementa o Scaffolding Cognitivo, auxiliando o servidor a criar Termos de Abertura de Projeto (TAP) e Relatórios Técnicos em conformidade regulatória e alinhados à prioridade setorial, aumentando a agilidade na gestão pública.

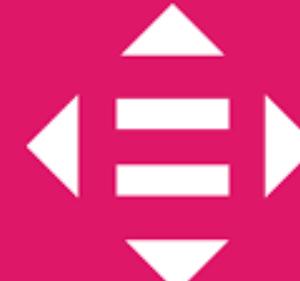
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Matriz de Responsabilidade de Avaliação ODS na Gestão Pública Estadual Integrada

Esta matriz inova a Metodologia de Avaliação e Monitoramento, operacionalizando o princípio da Coerência de Políticas através da atribuição de focos de avaliação prioritários para cada Secretaria

O objetivo é integrar os processos de M&A aos objetivos estratégicos do PPA, utilizando o Ecossistema Digital (IA Pública) como ferramenta de excelência para a gestão de resultados e a qualificação do gasto público.

Secretaria/Pasta Governamental	ODS Basilares (Foco de Avaliação de Impacto)	Justificativa Técnica Setorial Integrada	Ferramentas de Aplicação no M&A
1. Secretaria da Administração (Sead)	ODS 16, 8, 17	<p>Eficácia e Compliance (ODS 16.6): Foco no fortalecimento do controle interno e na gestão de pessoas e capacitação (ODS 8). A M&A deve medir o alinhamento de processos à eficiência institucional. O uso da IA Pública (Produto 5) garante a conformidade legal e a agilidade na gestão pública.</p>	<p>Matriz RACI (Definir papéis e responsabilidades no M&A e processos de suporte), Modelo CHA (Identificar e desenvolver competências em ODS), Ficha de Indicadores (Monitorar performance de serviços compartilhados).</p>
2. Controladoria Geral do Estado (CGE)	ODS 16, 17, 4	<p>Avaliação da Integridade e Coerência (ODS 16.5 e 17.14): Órgão central do controle interno e transparência (ODS 16.6). A CGE deve medir a eficácia das políticas de redução da corrupção (ODS 16.5) e a capacidade de usar a Evidência Comunitária (Ex: dados da Auditoria Cívica) para influenciar as decisões setoriais (Coerência de Políticas). O ODS 4 (Educação) é um basilar estratégico de articulação, pois a CGE utiliza o engajamento estudantil como processo formativo, Controle Social e gerador de dados reais ligado aos ODS.</p>	<p>Análise FMEA (Identificar riscos de desvio ou corrupção no planejamento), Mapeamento de Conformidade Regulamentar (Garantir a Transparência Ativa - ODS 16.10 - em relatórios), Workshop de Indicadores (Aumentar a capacidade analítica dos servidores - ODS 17.18).</p>

<p>3. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)</p>	<p>ODS 2, 12, 15</p>	<p>Sustentabilidade Produtiva (ODS 2 e 15): Foco na segurança alimentar (ODS 2.1) e na conservação de ecossistemas agrícolas (ODS 15). A M&A deve medir o impacto das políticas de produção e consumo sustentáveis (ODS 12.6) e a eficiência no uso de recursos.</p>	<p>Diferença-em-diferenças/Pareamento (Medir impacto causal de programas de microcrédito ou agroecologia no aumento da produtividade), Modelo Lógico (Estruturar a cadeia de valor da produção sustentável), Matriz GUT (Priorizar intervenções para combater a fome).</p>
<p>4. Secretaria da Casa Civil (Secc)</p>	<p>ODS 16, 17, 11</p>	<p>Coordenação e Governança Multinível (ODS 17.14): Responsável pela articulação intersecretarial e pela garantia da integração de todo o processo de planejamento estratégico. A M&A avalia a eficácia da coordenação política e do planejamento urbano (ODS 11).</p>	<p>Matriz de Integração de Instrumentos (Garantir que o PEI considere as diretrizes e programas do PPA), Análise das Partes Interessadas (Mapear atores com influência no planejamento), Governança de Projeto (Mapear interações entre núcleos e atores governamentais).</p>
<p>5. Secretaria de Comunicação (Secom)</p>	<p>ODS 16, 17, 4</p>	<p>Transparência e Engajamento (ODS 16.10 e 16.7): Foco na divulgação de dados públicos (Transparência Ativa) e na mobilização multisectorial. A M&A avalia a eficácia das campanhas educativas (ODS 4) e a capacidade de traduzir a complexidade dos ODS em linguagem simples.</p>	<p>Princípio da Pirâmide (Estrutura de comunicação executiva focada no impacto), Plano de Comunicação (Definir objetivos, canais e frequência de mensagens), Mapeamento de Conformidade Regulamentar (Garantir aderência à LAI).</p>
<p>6. Secretaria de Cultura (Secult)</p>	<p>ODS 11, 4, 8</p>	<p>Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável Urbano (ODS 8 e 11): Foco na promoção do patrimônio cultural (ODS 11.4) e na geração de empregos no setor. A M&A deve medir o impacto socioeconômico e o valor gerado pelos programas formativos (ODS 4).</p>	<p>Rosas, Botões e Espinhos (Capturar lições aprendidas em programas formativos e eventos), Entrevistas e Grupos Focais (Medir a percepção da comunidade sobre o valor cultural e a experiência do turismo sustentável).</p>

7. Secretaria de Desenvolvimento e Inovação (Sedi)	ODS 9, 17, 16	Inovação e Infraestrutura (ODS 9): Central na promoção da infraestrutura inovadora e no fomento à tecnologia . A CGE deve avaliar a Governança de Projetos da Sedi (ODS 16) e a eficácia das Parcerias Público-Privadas (ODS 17).	Matriz Impacto x Viabilidade (Priorizar projetos de P&D e startups), Canvas de Projeto (Estruturar novas iniciativas de inovação), Análise PESTEL (Analizar fatores tecnológicos, econômicos e legais que impactam a inovação).
8. Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds)	ODS 1, 10, 3	Equidade e Combate à Pobreza (ODS 1 e 10): Missão primária na erradicação da pobreza e redução de desigualdades . A M&A deve utilizar dados desagregados para medir o acesso a serviços e a proteção de famílias vulneráveis (ODS 3).	Delimitação de Público-Alvo (Garantir que a avaliação de impacto se concentre nas populações vulneráveis), Diferença-em-diferenças (Medir impacto causal de programas de transferência de renda), MoSCoW (Priorizar entregas essenciais em programas sociais).
9. Secretaria da Economia	ODS 8, 9, 17	Sustentabilidade Fiscal e Crescimento (ODS 8 e 17): Foco na sustentabilidade fiscal , crescimento econômico inclusivo (ODS 8.1) e na captação de recursos . A M&A monitora a alocação de recursos (ODS 17.1) e a Transparência Fiscal (ODS 16.6).	Planilha Orçamentária (Monitorar custos e evitar desvios orçamentários), Hipóteses de Investimento (Comparar cenários de alocação de recursos em projetos de estímulo econômico), Ficha de Indicadores (Medir receita total em proporção ao PIB).
10. Secretaria de Educação (Seduc)	ODS 4, 5, 10	Missão Primária em EDS (ODS 4.7) e Equidade: Central na formação docente (ODS 4.c) e na qualidade educacional . A Seduc deve demonstrar a integração curricular e a redução das desigualdades de acesso (ODS 10). Utiliza a IA Públia para redução de burocracia .	Relatório Executivo "Voz da Base" (Transformar dado de vulnerabilidade escolar da Auditoria Cívica em insumo para o Plano de Manutenção), Dashboard de Indicadores (Monitorar a adesão à formação docente e Produtividade Inteligente da Públia), Avaliações no Ciclo de Políticas Públicas (Monitorar o progresso da infraestrutura escolar - ODS 4.a).

11. Secretaria de Esporte e Lazer (Seel)	ODS 3, 11, 8	<p>Promoção do Bem-Estar e Inclusão (ODS 3 e 11): Foco na saúde e bem-estar (ODS 3.4) por meio de programas esportivos preventivos e na garantia de acesso a espaços públicos de lazer (ODS 11). Avaliação de impacto na geração de trabalho no setor (ODS 8).</p>	Modelo Lógico (Estruturar a cadeia de valor dos programas esportivos preventivos), Análise da Cadeia de Valor (Mapear a eficiência na entrega de serviços de lazer), 5W2H (Planejar tarefas e distribuir responsabilidades em eventos esportivos).
12. Secretaria de Governo (Segov)	ODS 16, 17, 10	<p>Fortalecimento da Governança (ODS 16.6) e Articulação Interfederativa (ODS 17): Responsável pela coordenação e articulação com municípios. A M&A deve medir a eficácia da cooperação federativa e a ampliação da participação social (ODS 10).</p>	Governança de Projeto (Mapear interações e definir artefatos/rituais entre núcleos e atores governamentais), Matriz RACI (Definir responsáveis na articulação interfederativa), Mapa de Atores-Chave (Analisar influência e interesse de prefeituras e conselhos).
13. Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (Sic)	ODS 8, 9, 12	<p>Produção Sustentável (ODS 12) e Empreendedorismo (ODS 8): Foco na responsabilidade corporativa (ODS 12.6) e na digitalização comercial (ODS 9). A M&A deve medir o alinhamento das empresas às práticas sustentáveis e à inovação.</p>	Matriz MoSCoW (Priorizar requisitos na digitalização de serviços e empreendedorismo), Lições Aprendidas e Recomendações (Sistematizar boas práticas de produção sustentável), Canvas de Projeto (Estruturar programas de capacitação para MPEs).
14. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)	ODS 13, 15, 6	<p>Resiliência Climática e Preservação (ODS 13 e 15): Missão primária na mitigação e adaptação à mudança climática, preservação de biomas e gestão hídrica (ODS 6). A M&A avalia a eficácia de ações para redução de GEE e o uso de recursos para infraestrutura ecológica.</p>	Técnica da Gravata Borboleta (Bow Tie) (Visualizar causas/consequências de riscos ambientais/climáticos), Avaliação Ex Post (Medir impacto na redução de GEE), Mapeamento de Conformidade Regulamentar (Garantir aderência a marcos legais ambientais), SNIS (Fonte de dados para monitoramento de saneamento).

15. Secretaria de Saúde (SES-GO)	ODS 3, 6, 1	<p>Saúde Integral e Prevenção (ODS 3): Foco no acesso universal (ODS 3) e na prevenção de doenças por meio do saneamento básico (ODS 6). A M&A deve medir a eficácia na redução de filas e a equidade no acesso a cuidados (ODS 1/10).</p>	<p>Diferença-em-diferenças (Medir impacto causal de unidades de saúde especializadas ou campanhas de vacinação), Matriz de Alocação de Recursos (Optimizar o uso do orçamento na construção de maternidades e UBS), Delimitação de Público-Alvo (Garantir foco nas áreas com baixa cobertura de atenção primária).</p>
16. Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO)	ODS 16, 3, 11	<p>Paz, Justiça e Ambientes Seguros (ODS 16 e 11): Foco no fortalecimento de instituições (ODS 16.1) e na promoção de espaços sem violência. A M&A deve considerar a Saúde Comunitária (ODS 3) e o uso de sistemas informatizados para integração de informações de segurança e justiça.</p>	<p>Modelo Lógico (Estruturar a cadeia de valor da segurança pública), Matriz de Riscos (Analizar riscos de instabilidade política), Entrevistas e Grupos Focais (Medir a percepção de segurança e violência em comunidades urbanas).</p>

IV. Eixo I: Diagnóstico e Planejamento Assistido (Fase Ex Ante)

A Metodologia de M&A exige empenho estratégico na fase de Iniciação e Planejamento, começando pelo Diagnóstico Situacional para traçar a **Linha de Base** do projeto.

Metodologia	Definição e Uso no Contexto ODS	Exemplo de Aplicação no Contexto Estadual
Matriz GUT	<p>O que é: Ferramenta para priorizar problemas ou ações com base em Gravidade, Urgência e Tendência. Essencial no setor público para direcionar recursos limitados a problemas mais graves.</p>	<p>Exemplo: A SES (ODS 3) usa a Matriz GUT para priorizar a aquisição de equipamentos de alto custo, pontuando a Gravidade do impacto na vida do cidadão, a Urgência de renovação tecnológica e a Tendência de obsolescência.</p>
Modelo Lógico / Teoria da Mudança	<p>O que é: Ferramenta de planejamento que descreve a relação causal entre Insumos, Atividades, Produtos, Resultados e Impactos. Fundamenta a avaliação causal.</p>	<p>Exemplo: A Seinfra (ODS 9) projeta: Atividades (uso de IA para monitoramento de obras) \rightarrow Produto (relatórios de desvio zero) \rightarrow Resultado (redução de 10% no sobrepreço) \rightarrow Impacto (Maior eficiência no gasto público, ODS 16.6).</p>
TAP e EAP Assistidos por IA	<p>O que é: O Termo de Abertura de Projeto (TAP) e a Estrutura Analítica do Projeto (EAP) formalizam e decompõem o escopo do projeto, garantindo clareza e controle.</p>	<p>Aplicação: A IA Pública (Produto 5) atua como mentora digital para criar TAPs e EAPs, garantindo o alinhamento estratégico (ODS Basilar) e a conformidade legal. Isso transforma a burocracia em produtividade inteligente.</p>

V. Eixo II: Monitoramento Contínuo e Inovação em Dados (Fase In Itinere)

O Monitoramento (M&A in itinere) é focado na aferição do desempenho dos indicadores da dimensão tática do PPA e na prestação de contas dos gastos.

1. Indicadores e Fontes de Dados

- Metas SMART: Essencial para a gestão por resultados, garantindo clareza e foco nos objetivos.

Exemplo: A Seduc (ODS 4) define a meta SMART para o Produto 5: "Garantir a adesão de 75% dos servidores da Seduc e CGE na Formação ODS (Produto 5) até o final do 2º trimestre, para fortalecer a capacidade analítica (ODS 17.18) no uso de dados de auditoria".

- Fontes Oficiais e Desagregação: O M&A deve priorizar as estatísticas públicas e oficiais. É fundamental a coleta de dados desagregados por renda, sexo, idade, raça, etnia (ODS 10) para honrar o lema de "não deixar ninguém para trás".

2. Inovação Tecnológica e Visibilidade:

- Plataforma Cooperativa: O sistema de M&A deve ser um sistema online de alimentação e monitoramento de dados dentro do go2030.com.br, facilitando a coleta de informações setoriais.
- **Ritos para Visibilidade:** Utilizar ritos de acompanhamento e Ferramentas de Monitoramento (dashboards) para qualificar o processo decisório da alta direção.

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



VI. Eixo III: Avaliação de Impacto e Causalidade (Fase Ex Post)

A avaliação é o processo de julgamento do mérito da estratégia, verificando a causalidade entre a intervenção e a transformação.

1. Avaliações no Ciclo de Políticas Públicas:

Metodologia	Definição e Uso no Contexto ODS	Exemplo de Aplicação no Contexto Estadual
Avaliações Ex Ante, In Itinere e Ex Post	O que é: Estratégia de avaliação que analisa a viabilidade (<i>Ex Ante</i>), o ajuste de rota (<i>In Itinere</i> - Monitoramento) e o impacto duradouro (<i>Ex Post</i>).	Exemplo: A Seds (ODS 1) realiza uma Avaliação Ex Ante para validar a viabilidade de um programa de transferência de renda, usando a Avaliação Ex Post para medir a redução efetiva da pobreza no público-alvo.
Diferença-em-diferenças (DD) e Pareamento	O que é: Métodos quantitativos avançados para avaliar a causalidade . Compara a evolução dos resultados entre um grupo que recebeu o projeto e um grupo similar que não recebeu.	Exemplo: A SES (ODS 3) utiliza o Pareamento para comparar indicadores de saúde (ex: incidência de doenças) entre pacientes que receberam o novo protocolo de atendimento inclusivo e pacientes similares que não receberam, para isolar o impacto do novo protocolo.
Entrevistas em Profundidade e Grupos Focais	O que é: Métodos qualitativos para capturar a percepção, significado e experiência dos beneficiários.	Exemplo: A Secult (ODS 11) utiliza Grupos Focais com a comunidade para avaliar se o projeto de turismo cultural aumentou o sentimento de pertencimento e orgulho local (ODS 11.4), complementando os dados quantitativos de receita.

2. Geração de Evidência de Governança (ODS 16.7): A M&A deve incorporar o Controle Social e a Participação Cidadã (ODS 16.7).

O Diálogo de Governança utiliza o Mapa de Calor de Vulnerabilidades ODS (gerado pela Auditoria Cívica dos Estudantes — Produto 6/7) para transformar o dado da base em Evidência de Governança, que subsidia as auditorias da CGE e as decisões orçamentárias (ODS 16.6).

VII. Eixo IV: Governança, Aprendizado e Sustentabilidade

Este eixo garante a sustentabilidade da plataforma e o aperfeiçoamento contínuo (RAE).

1. Revisão e Aprendizado Organizacional:

Metodologia	Definição e Uso no Contexto ODS	Exemplo de Aplicação no Contexto Estadual
Rosas, Botões e Espinhos	O que é: Ferramenta qualitativa simples para sistematizar lições aprendidas . Rosas (sucessos), Botões (oportunidades), Espinhas (obstáculos).	Exemplo: A Seds (ODS 1) usa o método após a execução de um ciclo de programa social. Rosas: A adesão da população foi alta. Espinhas: A coordenação com a Secretaria de Saúde foi falha. Botões: Expandir a parceria para a Educação.
Lições Aprendidas e Recomendações	O que é: Processo formal que transforma a experiência do projeto em recomendações concretas e acionáveis para projetos futuros e para a gestão do PEI.	Exemplo: A CGE (ODS 16) formaliza a recomendação para que todas as Secretarias (ODS 17) utilizem a Matriz RACI para projetos intersetoriais, dado que a falta de clareza de papéis foi um Espinho comum.
Revisão e Análise da Estratégia (RAE)	O que é: Processo mais importante para revisar o plano . Deve ser um processo intensivo em capital político .	Aplicação: Os relatórios derivados da RAE (Módulo 03 do GPPEI) são a matéria prima básica para ajustes na estratégia e documentação da trajetória. A IA Públia pode ser usada para organizar e sistematizar as informações no formato executivo .

2. Sustentabilidade e Gestão do Conhecimento:

- Atualização da Plataforma:** O conhecimento gerado (Lições Aprendidas, Relatórios, Diagnósticos) deve ser integrado ao Repositório Dinâmico e Curado. Este repositório é a base de conhecimento da IA Públia (Corpus Documental), garantindo a atualização constante da plataforma e o desenvolvimento de competências dos agentes públicos.
- Comunicação Estratégica:** Os resultados do M&A devem ser comunicados de forma estratégica (ODS 16.10). A Secult (ODS 4/11), por exemplo, deve utilizar o Princípio da Pirâmide para iniciar a comunicação com a conclusão mais relevante, desdobrando-a em evidências de suporte e, por fim, nos dados detalhados.

CONCLUSÃO TÉCNICA E LEGADO PARA A GOVERNANÇA DO FUTURO

A presente Metodologia de Avaliação e Monitoramento Sistêmico estabelece um marco de inovação sistêmica na gestão pública subnacional, ao transformar a Agenda 2030 de um documento programático em um mecanismo de Accountability mensurável e transversal. O modelo assegura a coerência de políticas (ODS 17.14) ao romper com a tradicional fragmentação setorial, vinculando explicitamente os resultados de cada uma das Secretarias Estaduais aos seus ODS Basilares.

Este alinhamento demonstra uma adesão rigorosa aos requisitos da Governança do Futuro, conforme os seguintes pilares:

1. Fortalecimento da Capacidade Estatal e Qualificação do Gasto Público (ODS 16.6 e 17.8)

A metodologia ataca diretamente os condicionantes críticos para a efetivação da Agenda 2030, nomeadamente a deficiência na coordenação intersetorial e nas competências de avaliação. A integração da IA Pública no ciclo de M&A, é um avanço concreto da Meta ODS 17.8. A IA simplifica a criação de Termos de Abertura de Projeto (TAP) e Relatórios Técnicos em conformidade regulatória, eliminando a burocracia e permitindo que o servidor se concentre na qualificação do gasto público (OE7 CGE) e na entrega de valor. Os resultados da M&A retroalimentam o Repositório Dinâmico, garantindo a memória institucional e a atualização constante da plataforma.

2. Materialização da Cidadania Ativa e da Transparência (ODS 4 e 16.7)

O modelo consolida a participação social como dado de política pública. A CGE (ODS 16), em parceria estratégica com a SEDUC (ODS 4), através da promoção do projeto Estudantes de Atitude, onde o dado qualitativo gerado pela base estudantil sobre vulnerabilidades ODS é transformado em Evidência de Governança para o controle interno. Essa sinergia não apenas reforça a legitimidade do processo, mas também instrumentaliza a recomendação da UNESCO sobre a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), ao qualificar os estudantes como sujeitos de direito com capacidade para influenciar as decisões do Estado (Meta ODS 16.7). A comunicação dos resultados (Meta ODS 16.10) exige a aplicação do Princípio da Pirâmide, garantindo a síntese e a clareza para todos os stakeholders.

3. Sustentabilidade e Referencial Sistêmico (ODS 17)

A metodologia se alinha ao PPA e ao princípio da indivisibilidade dos ODS. A M&A é o vetor que assegura que as ações estaduais contribuam para o alcance do desenvolvimento sustentável equilibrado nas três dimensões — econômica, social e ambiental. O modelo de Goiás consolida-se, assim, como um valioso estudo de caso para o desenvolvimento de capacidades estatais na América Latina, apto a inspirar e orientar outras jurisdições que buscam integrar a Agenda 2030 de forma holística e escalável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS METODOLÓGICAS

Esta seção lista os documentos de referência citados ao longo da Metodologia de Avaliação e Monitoramento (Produto 8), seguindo uma estrutura lógica e padronizada (ABNT NBR 6023, conforme), para garantir a rastreabilidade e a legitimidade técnica.

A. Guias e Documentos Estruturantes da Gestão Pública e ODS

1. **BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).** Guia Prático de Planejamento Estratégico Institucional (GPPEI). Brasília: MGI/PNUD. (Referência para Planejamento Estratégico, Módulo de M&A, e RAE).
 2. **BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).** Guia Prático de Projetos Públicos. Brasília: MGI/PNUD. (Referência para Domínios de Gestão de Projetos, TAP, Evidência e Causalidade).
 3. **PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).** Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS. Brasília: PNUD, 2021. (Referência para Linha de Base, Fontes Oficiais e Desagregação de Dados).
 4. **PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).** Guia de Territorialização e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: PNUD, 2021. (Referência para Coerência de Políticas, Territorialização e Criação de Mecanismos de Governança).
 5. **BRASIL. Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO).** Planejamento Orientado à Agenda 2030. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2024. (Referência para Alinhamento PPA-ODS e Transversalidade).
 6. **ODS BRASIL.** Metodologia Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). [S.l.: s.n.], [s.d.]. (Referência para Mensuração da Distância à Meta e Ponderação dos ODS).
- B. Referências sobre Inovação, IA e Governança

7. **APRESENTAÇÃO EXECUTIVA: Planos de Comunicação ODS da CGE e SEDUC.** [S.I.: s.n.], [s.d.]. (Referência para o conceito de IA Pública como Scaffolding Cognitivo e agente de inteligência preventiva contra a corrupção - ODS 16.5).
8. **BRASIL. Controladoria-Geral do Estado (CGE); Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).** Planos de Comunicação ODS e Engajamento Institucional. [S.I.: s.n.], [s.d.]. (Referência para a materialização da Auditoria Cívica como dado de auditoria e a Coerência de Políticas - ODS 17.14).
9. **DUARTE, Jorge (Org.).** Guia de Comunicação Pública. Brasília: ABCPública, 2021. (Referência para o dever do Estado de traduzir e orientar o valor da ação pública e o uso do Princípio da Pirâmide).
10. **WOOD, D.; BRUNER, J. S.; ROSS, G.** The role of tutoring in problem solving. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 17, n. 2, p. 89-100, 1976. (Referência para o conceito de Scaffolding Cognitivo da IA Pública/ODSéIA).
11. **KAUFFMAN, Craig M.** Grassroots Global Governance: Local Watershed Management Experiments and the Evolution of Sustainable Development. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016. (Referência para o Diálogo e Participação como pilar da governança).
C. Metodologias e Técnicas de Avaliação e Gestão
12. **MGI/PNUD.** Guia Prático de Planejamento Estratégico Institucional (GPPEI). (Referência para o Painel de Indicadores e Metas SMART).
13. **MGI/PNUD.** Guia Prático de Projetos Públicos. (Referência para Diferença-em-diferenças e Pareamento, Matriz RACI, Rosas, Botões e Espinhos, e Análise FMEA).
14. **MINTO, B.** O Princípio da Pirâmide. Canal Certo, 1 ed, 2011. (Referência para a Comunicação de Resultados - ODS 16.10).
15. **ONU.** Quadro Global de Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Metas da Agenda 2030. (Referência para a estrutura de Indicadores Globais).



Realização:



Desenvolvimento:

